

Estratégias recentes da luta contra o racismo

Rosana Heringer

A luta contra o racismo e as desigualdades sociais no Brasil vêm assumindo o devido peso quando se verificam ações esparsas, mas constantes, de muitos dispostos a "buscar maior igualdade e justiça" na vida nacional

O Brasil passou por um grande processo de mudanças ao longo dos últimos anos, no que diz respeito às relações raciais. A percepção do País como uma democracia racial desfez-se e hoje diferentes setores da sociedade têm sua agenda política marcada pelo debate sobre o racismo como elemento constitutivo de nossa sociedade. Embora ainda esteja também presente a autoimagem do Brasil como um país homogêneo e indiferenciado, encontra-se progressivamente maior abertura a experiências que procuram beneficiar grupos específicos, historicamente com menor acesso a oportunidades.

A adoção de políticas específicas voltadas para a criação de mais oportunidades para a população negra ainda oscila entre a timidez das propostas em relação ao seu público alvo e o caráter experimental de determinadas ações, muitas vezes motivadas mais por um caráter de urgência, uma necessidade prática que torna possível a viabilização do programa. Entretanto, o fato de que projetos como esses exis-

tam, em um país que tem historicamente negado a situação socioeconômica desigual entre indivíduos de diferentes origens, já é algo que deve ser levado em consideração.

O DEBATE E AS RESISTÊNCIAS

Apesar destas e de outras iniciativas, é difícil afirmar que a sociedade brasileira possui um compromisso com a diminuição das desigualdades raciais. A maioria das pessoas simplesmente se recusa a levar raça em conta, quando são consideradas as causas da pobreza e da falta de oportunidades. Entretanto existe a percepção de que a maioria dos pretos e pardos são pobres, e de que a maioria dos pobres são pretos e pardos. Essa percepção pode transformar-se em um ponto de partida para sugerir a adoção de medidas específicas a alguns grupos.

O debate sobre ação afirmativa no Brasil é bastante recente, datando dos últimos cinco anos. De maneira geral, o movimento negro brasileiro tem sido o responsável pela introdução deste tema no debate público do País. Frequentemente o assunto é alvo de muitas críticas e resistências à sua incorporação. As críticas mais comuns destacam que políticas específicas trariam conflito e divisionismo a um país onde as relações raciais seriam harmônicas. As críticas relacionam-se também à inadequação de políticas deste tipo, uma vez que a situação desvantajosa da população negra estaria associada ao seu baixo grau de escolaridade. Portanto, uma melhoria geral das políti-

cas educacionais traria os benefícios esperados à população afro-brasileira.

Um dos fatores que motivam estas críticas a iniciativas de promoção da igualdade relaciona-se à forma pela qual o movimento negro frequentemente apresenta suas propostas neste campo. Não raro os projetos são propostos no sentido do estabelecimento de cotas numéricas para determinados espaços institucionais, tais como universidades ou serviço público. Propostas deste tipo, quando insuficientemente discutidas e analisadas coletivamente, contribuem mais para produzir um clima de animosidade em relação ao seu conteúdo do que para avançar no sentido do enfrentamento das desigualdades.

INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS

Por outro lado, como resultado das constantes reivindicações do movimento negro, o governo brasileiro tem se mostrado mais sensível à questão da discriminação racial no País. No conteúdo do *Décimo Relatório Relativo à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*, enviado pelo Governo Brasileiro às Nações Unidas em 1996, reconhece-se a existência de práticas discriminatórias que repercutem em todas as instâncias sociais, incluindo-se aí desde relações interpessoais até indicadores de qualidade de vida da população.

No âmbito governamental, porém, as iniciativas de combate às desigualdades raciais ainda têm um alcance li-

mitado e podem ser mais facilmente identificadas nos documentos e recomendações do que por ações práticas. Em novembro de 1995, como resultado da mobilização das organizações do movimento negro por ocasião da celebração dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (GTI), cujos resultados foram divulgados em meados de 1997.

Em julho de 1996, o governo federal organizou a conferência “Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”. Em seu discurso de abertura, o presidente Fernando H. Cardoso declarou: *Deveríamos, portanto, buscar soluções que não sejam simplesmente a repetição ou cópia de outras soluções desenhadas para situações em que a discriminação e o preconceito estão presentes, mas em um contexto diferente do nosso.* (Souza: 1997, 15).

Várias medidas propostas pelo GTI envolviam algum tipo de programa de ação afirmativa, que deveria ser desenhado para promover o acesso de mais negros a empregos e educação. O documento “*Construindo a Democracia Racial*” apresenta os “*planos de ação que estão sendo ou serão desenvolvidos*” em termos de políticas públicas. Este documento, juntamente com o Plano Nacional de Direitos Humanos, expressa as diretrizes governamentais para o combate às desigualdades raciais no Brasil.

Algumas propostas de políticas de combate às desigualdades raciais também estão sendo desenvolvidas por alguns estados e municípios. A variedade e o volume de propostas revela uma preocupação crescente com as desigualdades raciais no Brasil por parte do Estado em seus diversos níveis. Entretanto, o alcance destas medidas possui um caráter limitado e o

impacto delas ainda está por ser avaliado.

De maneira geral, acreditamos que o Estado brasileiro, nas suas diversas instâncias, ainda não demonstrou o comprometimento necessário com a diminuição das desigualdades raciais. Mesmo nos programas que já vêm sendo implementados, é possível identificar a insuficiência de recursos materiais e humanos que garantam o bom andamento dos mesmos programas. Constata-se também a descontinuidade de projetos e a falta de sensibilidade de muitos técnicos e funcionários para incorporar o combate às desigualdades e à discriminação racial no seu cotidiano de trabalho.

A despeito de ampla evidência das desigualdades raciais no Brasil, aqueles que lutam contra a discriminação racial ainda têm grande dificuldade de promover mudanças efetivas. Durante as décadas de 1970 e 1980, a principal estratégia das organizações do movimento negro foi a denúncia da discriminação sofrida pelos *não-brancos* no cotidiano. Esses episódios de discriminação são quase sempre difíceis de tipificar como crimes e, por esta razão, difíceis de ser punidos.

OUTRAS VOZES E OUTROS AGENTES

Ao longo dos últimos anos, várias organizações do movimento negro — mas não apenas elas — passaram a ter uma atuação voltada para a intervenção quanto às dificuldades concretas vivenciadas por esta parcela da população. Mesmo militantes de grupos tradicionais, como o Movimento Negro Unificado (MNU), que possuíam uma atuação mais voltada inicialmente para a ação política e a denúncia da discriminação, passam a engajar-se nas chamadas “ações de intervenção”. Existe a percepção de que “há problemas que podem ser resolvidos aqui e agora, mesmo entendendo que as diferenças

Existe a percepção de que a maioria dos pretos e pardos são pobres, e de que a maioria dos pobres são pretos e pardos. Essa percepção pode transformar-se em um ponto de partida para sugerir a adoção de medidas específicas a alguns grupos

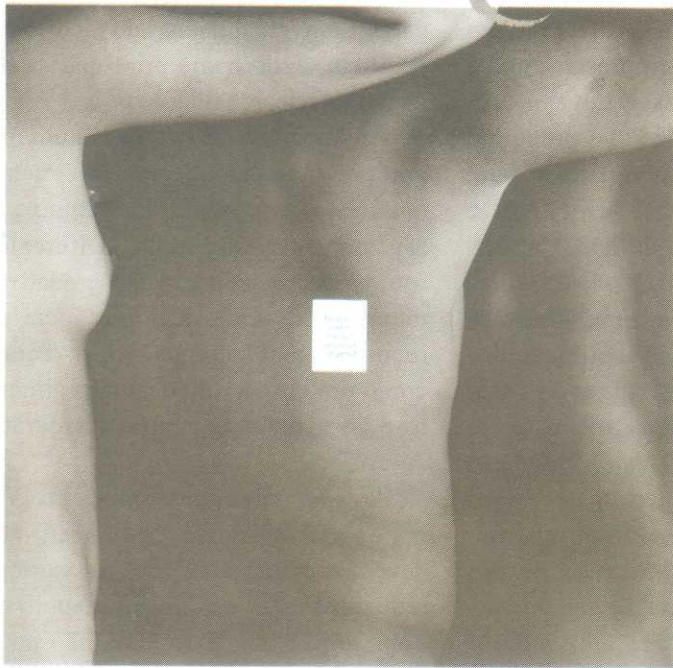
raciais não serão superadas da noite para o dia em nosso País” (Seminário Nacional de Relações Raciais e Políticas Públicas, 1997).

Se, na análise dos eventos comemorativos do centenário da abolição, em 1988, Ivonne Maggie (1989) observou a forte presença de eventos voltados para a valorização da cultura negra e, em meados dos anos 1980, outros autores apontaram o aumento do número de órgãos consultivos voltados para a população negra, na forma de conselhos municipais (Munanga, 1996; Motta & Santos, 1994), nossa análise aponta um quadro distinto. O que tem sido feito, divulgado e debatido em relação à temática racial no final dos anos de 1990 revela que temas sociais, tais como o acesso à educação e a inserção no mercado de trabalho são os grandes aspectos destacados. Tal destaque não se dá apenas como uma bandeira de mobilização ou palavra de ordem, mas como iniciativas concretas, que procuram ter um impacto concreto sobre o público-alvo.

Muitos militantes percebem que ações deste tipo não resolvem a questão da desigualdade de forma ampla, e representam apenas um caminho, uma ajuda possível. Os programas do tipo pré-vestibular para negros e caren-

NÃO DEIXE SUA COR PASSAR EM BRANCO

Responda com bom senso



Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE •
Instituto de Pesquisas em Cultura Negra - IPCN • Agência de Pastoral Negras - APN •
Instituto de Estudos de Relações - IER • Núcleo de Estudos - NUCLEO • JECOPRI • Jornal Movimento Falante •
Centro de Articulação de Psicologia e Movimento - CAP • Centro de Estudos Afro-Brasileiros - CEAB •
Instituto Palmares de Lutas, Humanas - IPLH • Centro de Referência Negra/estética - CERNE •
Agência Fundação Ford e Terra Preta

Em 1990, a
campanha de
conscientização
buscava
“sensibilizar
pessoas de
origem africana
a declarar sua
cor a partir de
seu referencial
étnico.”

tes, por exemplo, têm sido frequentemente apontados como uma estratégia bem sucedida e viável de inclusão da população negra. O pré-vestibular seria uma opção ‘politicamente correta’, já que não tem caráter exclusivo para negros, pode contar com o apoio do Ministério da Educação e ser amplamente disseminado. Esta possibilidade concreta de apoio governamental, aliás, foi recentemente explicitada, como uma das propostas presentes no documento do governo brasileiro preparatório à Conferência Mundial contra o Racismo.

Muitas das iniciativas relacionadas com o enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil nem sempre utilizam esta terminologia, mas colocam entre seus objetivos a promoção da população afro-brasileira. É difícil

enquadrá-las em uma única classificação, dada a diversidade de atividades desenvolvidas. Não é nosso propósito aqui analisar detalhadamente cada uma destas experiências, mas apenas apontá-las como sinal de um novo momento relacionado com a questão racial no Brasil, que dificilmente teria sido possível há dez anos.

Este quadro inclui um espectro de medidas que vão desde a proposta de adoção de cotas para negros em universidades até programas que procuram beneficiar grandes contingentes da população negra por meio de políticas focalizadas em comunidades pobres. Neste intervalo, há um contínuo de propostas intermediárias que serão analisadas mais adiante.

O impacto de programas como esses ainda é limitado em termos do nú-

mero de pessoas beneficiadas, devido ao seu alcance localizado, ao caráter voluntário de algumas iniciativas e à falta de recursos. Entretanto, o fato de que projetos como esses existam, em um país que tem historicamente se negado a reconhecer a situação socioeconômica desigual entre indivíduos segundo sua classificação racial, já é algo que deve ser levado em consideração.

Reunindo diferentes graus de eficácia e aceitação social, é importante investigar até que ponto estas diferentes iniciativas terão condições de institucionalizar-se, deixando de apresentar-se como uma solução periférica ou pontual. Percebemos que, em vários destes programas, há a clareza da *especificidade* da questão racial no Brasil, acompanhada, porém, de uma reflexão consciente e fundamentada sobre as *resistências* existentes no Brasil a programas específicos (ou exclusivos) para a população.

PARA CONCLUIR, DUAS REFLEXÕES

A título de conclusão provisória, sabendo que este é um debate que está apenas começando no Brasil, gostaríamos de deixar aqui dois pontos para reflexão. O *primeiro* refere-se ao debate recorrente sobre a necessidade de ampliação do acesso de estudantes negros ao ensino superior. Destacamos que este debate ganha visibilidade justamente no momento em que um número crescente de jovens de famílias pobres e, em grande parte, negros, estão concluindo o ensino médio, levando a uma nova pressão sobre o número de vagas das universidades públicas. Também é de se notar o debate estabelecido sobre outras formas de acesso ao ensino superior além do vestibular, notadamente o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Diferentes estratégias coletivas vêm sendo adotadas pelas organiza-

ções da sociedade civil e do Estado em torno dessa demanda social, consistindo basicamente nestas alternativas: (a) Adoção de cotas, embora não haja clareza sobre como tal medida se viabilizaria na prática; (b) Pré-vestibulares alternativos; (c) Isenção de taxas para inscrição no vestibular, matrícula; (d) Uma política de bolsas restrita a algumas poucas universidades privadas.

Apenas nos últimos meses, mobilizado pelo debate preparatório à Conferência Mundial contra o Racismo, recentemente realizada na África do Sul, o governo posicionou-se nesta discussão, incluindo no seu documento oficial para Durban a proposta de adoção de cotas para estudantes negros nas universidades. Conforme pudemos acompanhar, esse debate gerou grande polêmica e reações contraditórias dentro do próprio governo, demonstrando que este não é um debate simples e que a elaboração de políticas deste tipo deve passar por um processo de consulta com diferentes setores da sociedade. Questões como a ampliação da oferta de cursos noturnos, a necessidade de um sistema de bolsas-trabalho mais eficaz ou a discussão sobre a gratuidade irrestrita da educação superior pública simplesmente ainda não entraram na pauta de discussão. Paralelamente, uma das contribuições recentes ao debate foi o projeto aprovado no Senado que prevê a reserva de 50% das vagas nas instituições públicas de ensino superior para alunos oriundos de escolas públicas de ensino médio.

O segundo ponto para reflexão diz respeito a uma maior sensibilização do setor empresarial. Assistimos recentemente a um movimento de crescente interesse de empresários (vinculados principalmente a empresas multinacionais) sobre desigualdades raciais, ação afirmativa e políticas de promoção da diversidade. A imprensa espe-

cializada em economia e negócios vem dando progressivamente maior atenção ao tema. Em recente reportagem de capa a revista *Exame* (n. 722, setembro/2000), por exemplo, relata programas de promoção da diversidade em curso no Brasil, em empresas como a Monsanto, IBM, Gessy Lever e Lucent. São experiências que procuram atuar em relação à diversidade num sentido amplo: gênero, idade, raça e etnia, portadores de deficiência, origem social e regional.


Da mesma forma o *Instituto Ethos* de Empresas e Responsabilidade Social elaborou e vem divulgando o manual *Como as Empresas podem (e devem) valorizar a Diversidade*, por meio do qual pretende contribuir para a discussão do tema e estimular a implementação de iniciativas corporativas de valorização da diversidade que tenham como meta enfrentar os preconceitos no ambiente de trabalho e no âmbito das relações empresariais (Instituto Ethos, 2000). Além disso, recentemente a Câmara Americana de Comércio no Rio de Janeiro promoveu um seminário sobre o tema.

Não vamos aqui detalhar estas iniciativas. O importante é destacar que, concordemos ou não, experiências deste tipo, pelas razões de mercado, estão em curso no Brasil, acrescentando mais este ingrediente ao panorama geral das estratégias de enfrentamento das desigualdades raciais.

A partir do que foi resumidamente exposto aqui, apresenta-se a nós um desafio para os formuladores de políticas e pesquisadores. Em que medida estas experiências identificadas se constituem no esboço de políticas articuladas, de caráter permanente, que deixem de se restringir a soluções locais ou experimentais? Com o expressivo volume de iniciativas em curso, já é possível avaliar os programas mais eficazes no sentido de promover melhores oportunidades para a população

negra. A continuidade dos debates e pesquisas sobre o tema permitirá a construção de consensos que poderão resultar na consolidação de várias das iniciativas aqui apresentadas, tanto de caráter universal quanto de recorte específico, tendo como prioridade a redução das desigualdades.

Estamos vivendo no Brasil um importante momento de reconhecimento das desigualdades raciais como um aspecto a ser enfrentado. Diferentes setores da sociedade estão gradativamente percebendo a importância de reconhecer as desigualdades raciais como um entrave ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento democrático do País.

Ao adotar qualquer tipo de programa de ação afirmativa no Brasil, nós devemos evitar a suspeita de padrões reduzidos e buscar um forte apoio da opinião pública. Este tema não pode mais ser visto apenas como um 'assunto dos negros', mas sim como um meio de se buscar maior igualdade e justiça, e como um debate que diz respeito ao conjunto da sociedade. 

Rosana Heringer, socióloga, pesquisadora, professora da UCAM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- INSTITUTO ETHOS. *Como as Empresas podem (e devem) valorizar a Diversidade*. São Paulo: Instituto Ethos, 2000.
- MAGGIE, Yvonne. *Catálogo – Centenário da Abolição*. (Rio de Janeiro: ACEC, CIEC/ Núcleo da Cor/ UFRJ, 1989).
- MOTTA, Athayde e SANTOS, R. *Questão Racial e Política: Experiências em políticas públicas*. São Paulo: CEBRAP/ University of Texas at Austin/ Fundação Ford, 1994).
- MUNANGA, Kabengele [org.]. *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP/ Estação Ciência, 1996.
- SEMINÁRIO NACIONAL de Relações Raciais e Políticas Públicas: uma síntese dos painéis e alguns indicadores de ação apresentados. Campo Grande: maio de 1997.